

62
88

GRAFICA SANTELMO, LDA.	
NOME	<i>Tempo e modo</i>
N.º	<i>8434</i>
ENVIADAS EM	<i>30 / 9 / 50</i>
RECEBIDAS EM	<i>/ /</i>



O TEMPO E O MODO
 Exm. enviado à Comissão em
 4 de outubro de 1950
Ref 5

NOTA DE ABERTURA

O número 41 de O TEMPO E O MODO centrou-se em torno das «causas da terceira guerra mundial». Ao fazê-lo não nos move qualquer propósito sensacionalista, ou ficcionista mais ou menos científico, nem qualquer desejo de brincar aos apocalipses ou catástrofes. suas premas.

O mais elementar bom senso e mais elementar lucidez nos diz, pelo contrário, que uma conflagração mundial não é apenas antevisão de mentes imaginosas, nem sensação para os amadores de emoções fortes. É uma possibilidade real, de que nos tentamos esquecer, mas com a qual coexistimos e que acontecimentos como a crise de Cuba quase nos fizeram tocar com o dedo. Para não falarmos da guerra do Vietnam, conduzida pelo mais temerário dos imperialismos contemporâneos para impasses que não sabemos onde poderão conduzir.

Por isso nos parecia útil dar conta, orem de alguns artigos que se não pretendem exaustivos, das plenas situações e tensões que podem arrastar o planeta a um novo conflito à sua escala e do que representam, neste mesmo mundo, as propostas e os condicionalismos da paz.

Os artigos de Manuel de Lucena, D. Helder Câmara, Vítor Wengorovico e Sorensen que a seguir inserimos pretendam ser alguns modos possíveis — entre outros que nos não foi possível apresentar — de abordar o drama máximo da nossa época. Quanto à peça em um acto de José Estêvão Sasportes, que abre este número, tanspõe alegoricamente um estado de espírito prexistente que importa combater e sobre o qual importa reflectir.

Com suas lacunas, e dentro dos seus condicionalismos, julgamos que este número é — apesar de tudo — um número útil, que utilmente assume o seu lugar nas reflexões que há anos vamos fazendo sobre o nosso tempo e o modo de nele viver — ou morrer.

O TEMPO E O MODO

SERVÍCIOS DE CENSURA
 (SÉDE)
 AUTORIZADO
 COM
 CORTES

GRÁFICA SANTELMO, LDA.

NOME *Tempo e modo*

N.º *8434*

ENVIADAS EM *24, 9, 66*

RECEBIDAS EM */ /*

195

PRIMEIRAS PROVAS

«TEMPO E MODO» N.º 1

Provas enviadas à Censura em

28 de de 1966

Ref 9

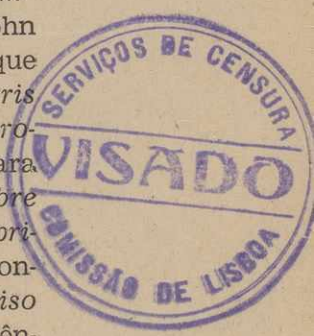
VÍTOR WENGOROVÍUS

A IGREJA NA LUTA PELA PAZ

I

EM 11 de Abril de 1963, João XXIII dirigia, não só aos católicos como a todos os homens de boa vontade, a carta encíclica *Pacem in Terris*. Logo após, o eco deste testemunho plenamente evangélico e profundamente actual se reflectia por todo o mundo, nos mais diversos horizontes espirituais. O secretário-geral da O. N. U., U Thant, que é budista, depois de realçar vários aspectos muito concretos da encíclica e de confessar a «satisfação profunda e comovida» com que a lera, afirmou que ela daria «um contributo altamente significativo aos esforços de todos os que estão convencidos de que o género humano tem sabedoria suficiente para assegurar a sua própria sobrevivência». John Kennedy, falando da alegria que tivera como católico e das lições que tirara como americano, salientou ainda a propósito de *Pacem in Terris* que os homens estão em vias de «aprender a falar a linguagem do progresso e da paz para além das barreiras das seitas e dos credos». Para Nikita Khrouchtchev a encíclica revelou «uma posição realista sobre uma série de questões das mais importantes da nossa época e, em primeiro lugar, na opinião de que, independentemente de não aceitar uma concepção religiosa da vida, «no interesse de salvaguardar a paz, é preciso que todas as forças se unam», o que também foi sublinhado pela Agência Tass ao considerar este documento «um passo em frente na via de unificação das forças pacíficas a fim de afastar a ameaça de uma nova guerra».

SERVIÇOS DE CENSURA
1966
CORTADO



O carácter realista e de esforço desinteressado para a paz das palavras e atitudes de João XXIII depreende-se destes comentários. Ocorre entretanto perguntar: Quais as inovações, de estilo ou de conteúdo, trazidas pela mencionada encíclica e outros actos ou declarações deste papa? Em que medida foram compreendidas e aplicadas pelos católicos e foram confirmadas num esforço conjugado da hierarquia e dos leigos?

II

A Igreja Católica, aqui considerada sociologicamente, sofreu, no decurso de uma longa história espalhada por muitos cantos do mundo, o choque inevitável da inspiração evangélica e verdadeiramente cristã

28
Ref 3
6
2

que a animava com as pesadas estruturas que criara, mesmo as necessárias à sua natural expressão. Choque este que reflecte o lado de um outro conflito, o conflito entre a formação, a vivência interior e os actos externos de cada cristão. E assim os determinismos das sociedades em que participava, dos povos ou classes que predominantemente a constituíam, da maneira como era escolhida a sua hierarquia, da forma como os responsáveis políticos a procuraram cativar e utilizar ou, e em contrapartida, a perseguiram, muitas vezes abafaram a liberdade do espírito, a correspondência ao Testemunho de Cristo.

Vemos pois nessa mesma Igreja a concordância de atitudes opostas, com predomínio e acentuação variáveis consoante a época e a zona do mundo: apelos a favor da paz, actos em defesa dos pobres e perseguidos, intervenções oficiais e officiosas para a solução de conflitos, mas igualmente compromissos em actos de guerra, a tendência para confundir a fé e o império, a identificação das suas posições públicas com as das classe dirigentes, dos países ricos, dos povos ocidentais.

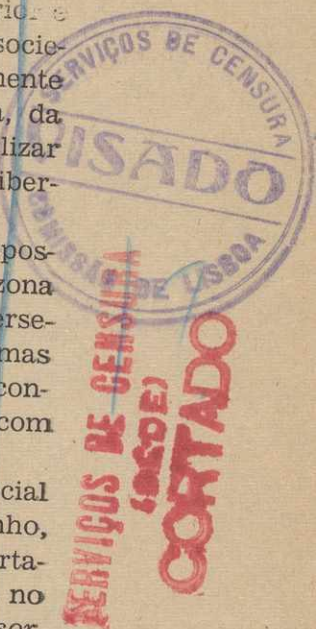
A paz era entendida por muita gente e também pela doutrina social cristã como a «*tranquilidade da ordem*». Fora aliás Santo Agostinho, na sequência dos filósofos estóicos, que dera esta definição sem certamente antever o uso que dela podia ser feito — porque tudo estava no conceito que se tivesse de ordem... Ou a ordem da justiça ou a «*desordem estabelecida*», fruto da injustiça, na já consagrada expressão de Emmanuel Mounier.

E vimos por esta via a um problema central: para muitos católicos, nomeadamente com responsabilidades hierárquicas ou políticas a paz era, e muitas vezes ainda o é, confundida com a ausência de qualquer conflito, reivindicação ou contestação, em suma com uma ordem aparente. Ideia que aliás tem sido também a de muitos não-católicos; que atingiu mesmo foros de ideia-força em muitos e diversos esquemas políticos.

Com tudo isto se acaba por esquecer ou pelo menos minimizar uma outra questão fundamental: a das *causas* das guerras, sejam elas internas ou internacionais, e dos estados psicológicos que as antecedem, isto é, da ambição, do ódio, do medo. Não há paz se se não quiser a paz; mas não a há apenas por isso, antes sim porque se eliminaram ou reduziram fortemente as circunstâncias que impeliam para a violência e para a guerra.

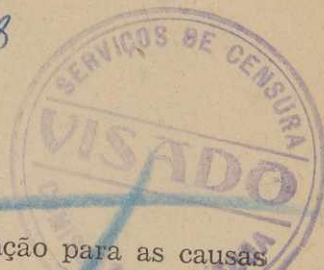
III

Em pontificados anteriores ao de João XXIII encontramos, sem



28 de 9 de 1966

Ref 3



dúvida, gestos ou declarações que chamam a atenção para as causas das guerras, que cumpre remover, ou que procuram afastar algumas das confusões supraindicadas e lançar luz no espírito dos cristãos. Todavia é com *Pace min Terris* que, de modo decisivo e conjugado, se abre, na Igreja, não uma nova teoria, mas *uma nova perspectiva sobre a paz*. Com *Pacem in Terris* e com alguns passos fundamentais de *Mater et Magistra*, bem como em harmonia com certas atitudes e orientações de João XXIII, que traduziram o seu desejo de «descomprometer» a Igreja perante os sistemas políticos-económicos vigentes, de a basear numa verdadeira neutralidade que, sem prejuízo das suas concepções, lhe permitisse falar com todos os homens, e de a reconciliar de facto e no mais puro sentido evangélico com o grande sofrimento e a grande esperança dos pobres e perseguidos. Espírito este que marcou também a convocação do Concílio Ecuménico e a renovação de estruturas, métodos e ritos que o Papa deste esperava para oferecer possibilidades efectivas à renovação das mentalidades que pretendia.

Ora, destes documentos e actos, e tudo sintetizado em *Pacem in Terris*, se extrai, como dizíamos, uma nova perspectiva sobre a paz que, segundo cremos, tem como mais salientes os seguintes aspectos:

a) uma *concepção global da paz* em que se realça a profunda ligação entre a paz internacional e a paz em cada nação e região do mundo, entre mentalidade pacífica e medidas externas a favor da paz, e, de modo mais inovador, entre a paz e o respeito dos direitos do homem (incluindo a criação de condições objectivas de justiça social). Tanto a nível de cada país como da comunidade mundial. E em que se aponta aos católicos o dever de colaborar com todos os outros homens rectos nesta tarefa imensa e comum.

Esta visão global encontra-se perfeitamente justificada pelos fenómenos actuais de socialização, multiplicação progressiva de relações de convivência e formas de associação, reflexo e também causa da crescente intervenção social dos poderes públicos e de *mundialização* — grande interpenetração de pessoas, bens e ideias, apresentando todos os problemas humanos de algum relevo dimensões supra-nacionais e só podendo ser resolvidos nesse plano.

A encíclica procura assim apontar o caminho da verdadeira ordem através da carta dos *direitos e deveres da pessoa humana* (1.ª parte); dos fundamentos e limites da autoridade estadual e do equilíbrio entre a maior *intervenção socio-económica* dos poderes públicos e a participação na vida pública (2.ª parte); até à *cooperação entre as nações*

Ref 9



que envolve nomeadamente: o direito de todos os povos à informação objectiva, à independência económica e política, sem prejuízo da ajuda que os países ricos devem desintessesadamente fornecer aos países subdesenvolvidos, para que estes vençam o subdesenvolvimento, o respeito das minorias étnicas e dos refugiados políticos, o princípio da prevalência da negociação sobre a guerra, e o desarmamento, tanto nas ideias como nas armas, este último como proibição das armas atómicas, redução de todo o material de guerra e celebração dum acordo que venha a permitir a progressiva e total eliminação dos armamentos (3.ª parte); e, finalmente, até à criação de uma *autoridade pública de competência universal* pois «na presente conjectura histórica, tanto a constituição e forma dos Estados como o poder que tem a autoridade pública em todas as nações do mundo, devem considerar-se insuficientes para promover o bem comum dos povos» e que já constituía um grande princípio e aspiração para Pio XII (4.ª parte). Todas estas questões são *interdependentes* e a paz duradoura só pode portanto resultar da solução conjugada, progressiva, paralela, de todas elas.

b) uma *concepção dinâmica da paz*: João XXIII não se limita a traçar o vasto enquadramento dos problemas que acabamos de focar mas, sim, apela para todos os homens de recta consciência, crentes ou descrentes, cristãos ou não, para que colaborem na sua resolução, lutando *activamente e em comum* para que tal suceda. A humanidade aparece em movimento como realmente está. Pessoas, grupos sociais intermédios, países e comunidade mundial têm direitos e deveres uns para com os outros e há tanto o dever de respeitar os direitos dos outros como «no titular de direitos, o dever de reivindicar esses direitos, como expressão a sua dignidade». Os poderes públicos destinam-se não só a protecção dos direitos mas à sua promoção para todos. Não é um «statu quo» inalterável que se defende como condição da paz mas antes uma *cooperação activa* para superar de forma objectiva, através de nova mentalidade e de novas estruturas e instituições, os conflitos económicos, políticos, raciais que efectivamente existem. A Igreja Católica não é apenas defensora da paz, antes os católicos são chamados a participar consciente e activamente na luta pela paz, pela criação das condições objectivas e subjectivas que a proporcionam.

c) em íntima conexão com o aspecto anterior, uma *perspectiva histórica* de base — por isso vai João XXIII ao encontro dos «*sinais dos tempos*» — promoção das classes trabalhadoras, promoção da mulher, emancipação dos povos, carta universal dos direitos do homem, estados constitucionais e constituições e governos que afirmem aqueles direitos,

5

41

28

9

6

Ref 9



vida democrática, maior espírito de cooperação internacional e *«a persuação de que as eventuais contendidas entre os povos se devem dirimir com negociações e tratados, e não com armas»*, a Organização das Nações Unidas que, deseja *«acomode, cada dia mais, as suas estruturas e meios de acção à vastidão e nobreza das suas finalidades, e que chegue, quanto antes, o dia em que cada homem encontre nela protecção eficaz dos direitos que promanam imediatamente da sua dignidade de pessoa»*.

Estes sinais dos tempos vê-os o Papa como bons, razões próximas de cooperação activa dos homens e dos países no esforço de verdadeira paz, e como demonstração aliás da própria fundamentação da encíclica que se baseia na natureza humana concebida não como essência imutável mas como inerente à história, só através dela explicitando todas as suas virtualidades, revelando a pouco e pouco melhor a imagem de Deus que o homem e a sociedade são, de forma a melhor permitir, aliás, a compreensão do que Deus é.

Nesta linha tinge-se também o sentido da preferência, demonstrada na 5.^a parte (directrizes pastorais), pela evolução social perante a alternativa da revolução (no sentido restrito deste termo). Sem prejuízo evidente do direito à revolta (que é coisa diferente e que a teologia católica já demarcou nos seus fundamentos e limites) nem do princípio de que *«a lei humana tem valor de lei enquanto está de acordo com a recta razão. Assim considerada é manifesto que deriva da lei eterna. Se, porém, contradiz a razão chama-se lei iníquia e, como tal, não tem valor de lei, mas é um acto de violência»* (S. Tomás) não obrigando em consciência (princípio para que João XXIII apela na 2.^a parte desta encíclica). Na verdade, sem prejuízo destes aspectos, o Papa recorda que *«o crescimento gradual de todas as coisas é uma lei imposta pela natureza»*; por isso, as transformações sociais, por amplas que sejam, não resultam se se pretenderem fazer du só golpe e à margem da compreensão e participação dos próprios interessados, o que lhes impõe um determinado ritmo para que alcancem a justiça pretendida.

d) um tom simultaneamente realista e profético na maneira de abordar as questões — como tem sido dito, a teologia católica e outras declarações pontificias já tinham definido ou esboçado a generalidade dos princípios morais em que se baseia *Pacem in Terris*; contudo, João XXIII não se coloca aqui num ponto de vista moralista e casuístico, antes considera, de modo realista, os grandes movimentos da história, como se acabou de dizer, e, ao mesmo tempo, afirma com serena confiança a possibilidade de se desenvolver o que neles há de humanamente bom e, no fundo, verdadeiramente cristão, aí assentando os alicer-

SERVIÇOS DE CENSURA VISADO

«O TEMPO DO MODOS» N.º 41
28 3 6
Ref 9

ces do constante esforço de paz. Como disse Mons. Bernard Lalande (1)

(1) «*Pacem in Terris*», edição comentada, Liv. S. Pedro.

«o seu modo de abordar o problema não é de moralista, é de profeta». Procura tomar em mãos as profundas aspirações dos homens em prol do desenvolvimento e da paz e mostrar-lhes a possibilidade de os alcançarem e manterem. Já no discurso de abertura do Concílio exprimia o seu «completo desacordo com estes profetas da desgraça que anunciam catástrofes como se o mundo estivesse a acabar» e «na situação actual da sociedade só vêm ruínas e calamidades». E salientara: «no curso actual dos acontecimentos, quando a sociedade humana se encontra numa viragem do caminho, mais vale reconhecer os designios da providência divina...».

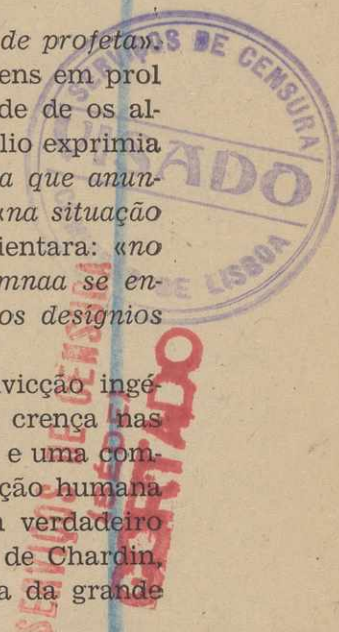
Este optimismo não exprime evidentemente uma convicção ingénua e um fatalismo de felicidade, mas sim a profunda crença nas possibilidades do homem, «imagem e semelhança de Deus», e uma completa Esperança porque a graça de Deus aperfeiçoará a acção humana séria e corajosa e permitirá, no meio de retrocessos, um verdadeiro progresso, que é, à maneira do grande fresco de Teilhard de Chardin, o caminho real da espécie humana para Deus, alfa ómega da grande aventura da natureza e do homem.

IV

Qual a continuidade desta larga abertura da Igreja a todos os homens e aos seus concretos problemas, deste amplo esforço de vencer rotinas e compromissos e levar os cristãos a seguir, em pleno desprendimento e confiança, o exemplo de Cristo?

É a altura de dizer que os grandes testemunhos só se reflectem inteiramente, só são apreendidos em toda a extensão do que revelam, no decurso de um certo período de tempo mais ou menos amplo. A sua extraordinária força é, no imediato, o seu próprio limite. Por outro lado, o peso secular das instituições eclesíásticas não lhes permite renovar-se senão em ritmo lento e numa dialéctica constante de aceitação e recusa dos novos apelos. Além de que a plena fidelidade ao Evangelho é sempre atraente mas difícil exigência, mesmo naqueles que a querem inteiramente assumir. Isto visto regressemos aos factos.

Antes de inquirir do reflexo no povo cristão consideremos os primeiros anos do pontificado de Paulo VI e o Concílio Vaticano II que muito se prolongou ainda para além da morte de João XXIII.



Ref 3

Paulo VI mantém a mesma linha doutrinária sublinhando que o «aggiornamento» é igualmente a «ideia mestra» do seu programa e a linha directiz dada ao Concílio procurando «estimular na Igreja a vitalidade sempre renascente, a atenção constantemente desperta para os sinais dos tempos, e a abertura indefinidamente jovem que saiba «verificar todas as coisas e guardar o que é bom.» (I Tessalonicenses, 5, 21) em qualquer tempo e em qualquer circunstância» (Encíclica *Ecclesiam suam*). Há entretanto um tom mais medido, um acentuar das cautelas a ter ao lado da confiança a não perder, uma perspectiva em suma mais pastoral do que profética. O que tudo é fruto do próprio cunho pessoal, mas certamente também duma opção: frente à complexidade de muitas das soluções práticas, as situações nacionais em que a Igreja se defronta com muitas dificuldades, e, por outro lado, à impreparação de muitos católicos para os objectivos a alcançar e meios de os atingir, há uma preocupação de reconhecer bem todo o caminho e preparar progressivamente a mentalidade da Igreja, leigos e hierarquia. Assim, por exemplo, em matéria de diálogo considera que a Igreja deve tomar por sua vez a iniciativa e prosseguir um diálogo «sem limites e sem cálculo», com «clareza, doçura, confiança e prudência», no respeito da liberdade das consciências, acentuando todavia as dificuldades e quase impossibilidade que por vezes reveste; mas também aconselhando que se não desespere e proclamando: «A abertura de um diálogo como o Nosso quer ser, desinteressado, objectivo, leal, é por si mesma uma declaração a favor de uma paz livre e honesta; exclui simulações, rivalidades, enganos e traições; não pode deixar de denunciar como crime e ruína a guerra de agressão, conquista ou dominação; não pode deixar de se alargar das relações ao nível do cume das nações às que se processam no corpo próprio das nações e nas bases tanto sociais como familiares e individuais, para espalhar em todas as instituições e espíritos o sentido, o gosto e o dever da paz» (*Ecclesiam Suam*).

Porém, o que se afigura mais declaradamente significativo para os interesses da paz no mundo, neste pontificado, são certos actos fundamentais: O seu apelo de Novembro de 1964 e a visita à O.N.U..

No primeiro pedir que fosse realizada uma efectiva redução dos armamentos e que as ecónomias efectuadas (as despesas militares têm peso enorme em muitos países) fossem dedicadas em benefício das nações em vias de desenvolvimnto.

Assim se ligam inteiramente os problemas da paz e do desenvolvimento, na esteira de João XXII, que na *Mater et Magistra* considerava as relações entre os países subdesenvolvidos como «o problema talvez

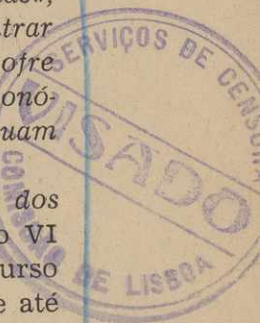


Ref 5

maior da época moderna». Paulo VI aliás tomou para si com insistência a já celebre frase de que «o desenvolvimento é o novo nome da paz». E, em 25 de Junho último, em declaração ao Conselho da O.N.U. para o programa de desenvolvimento, sublinhava de que para se alcançar uma paz verdadeira, que não é a que resulte da «privação da liberdade», «de uma ordem imposta e opressora», nem é a que seja «etiqueta para definir o equilíbrio ou a não utilização das armas entre forças opostas», mas sim uma autêntica «associação de povos», «é preciso encontrar necessariamente um remédio para as grandes carências de que sofre grande parte da humanidade, é preciso ultrapassar os sistemas económicos ainda em vigor, em virtude dos quais os povos pobres continuam pobres e os ricos se tornam sempre mais ricos».

Um outro alicerce fundamental da paz, o da real associação dos povos e da autoridade pública universal, que de Pio XII a Paulo VI a Igreja defende continuamente, é sobretudo objecto do discurso proferido em Outubro último na sede da O.N.U.. Paulo VI recorre até neste discurso ao método preferido do seu antecessor: sem negar os defeitos que ainda possa ter uma determinada realidade, realça sobretudo as suas vantagens e demonstra firme confiança no crescimento sempre maior destes aspectos positivos. O Papa trás pois a O.N.U. «uma ratificação moral e solene», mostrando-se convencido de que «esta Organização representa um caminho obrigatório da civilização moderna e da paz mundial» e felicitando-a por ter tido «a sabedoria de ter aberto o acesso desta Assembleia aos povos jovens, aos Estados chegado há pouco à independência e liberdade nacionais» pois a vocação desta instituição é «fazer fratenizar não apenas alguns, mas todos os povos» instaurando entre eles um verdadeiro «sistema de solidariedade». E pergunta consisa mas decisivamente: «Quem não vê a necessidade de chegar assim progressivamente a instaurar uma autoridade mundial à altura de agir eficazmente nos planos jurídico e político?».

Saliente-se ainda que neste notável discurso o Papa afirma com toda a clareza aos Estados que a Igreja: «não tem nenhum poder temporal, nenhuma ambição de entrar convosco em competição». Apela portanto novamente, com autêntica independência, para que cesse a corrida aos armamentos e se estudem «os meios de garantir a segurança da vida internacional sem recorrer às armas», proclamando com firmeza que a guerra deve cessar sobre a face da terra e que «as relações entre os povos devem ser reguladas pela razão, justiça, direito e negociação». Para o que chama a atenção para a igualdade fundamental de todos os povos, que se deve reflectir na estrutura da O.N.U., e para a neces-



9

28 3 6

Ref 9

sária humildade pois é «impossível ser-se irmão se se não é humilde. Porque é o orgulho, por inevitável que possa parecer, que provoca as tensões e as lutas de prestígio, predomínio, colonialismo, egoísmo: é ele que quebra a fraternidade».

V

O Concílio Ecuménico Vaticano II representou, sem dúvida, um enorme passo em frente na renovação da Igreja, nos programas, estruturas, mentalidades. Evidente é porém que grande parte do seu êxito depende de posterior aplicação. Por outro lado, a descentralização que consagrou, embora como limites algo maiores do que se chegou a prever, obriga-nos a distinguir para o futuro, e nomeadamente no tema que ora nos ocupa, entre a acção a favor do progresso e da paz exercida ao nível dos órgãos centrais da Igreja, e exercida ao nível nacional, além da distinção já necessária entre atitudes hierárquicas e atitudes da generalidade do povo cristão ou de certos sectores de entre este. Efectivamente, por razões de adaptação às realidades locais mas também por motivos de variada formação, pode a acção ao nível nacional ir em certos casos além e noutros ficar aquém da acção ou das declarações a nível central ou internacional.

A apreciação das relações do tema que estamos a tratar com o Concílio pode envolver uma larga análise e ser susceptível de diferentes focagens. Vamos porém considerar apenas alguns aspectos fundamentais da *Gaudium et Spes* (Constituição sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo) não sem uma breve referência anterior às Declarações sobre a relação da Igreja com as religiões não-Cristãs.

A importância destes últimos documentos é de facto muito grande. Ninguém ignora como entre causas do ódio e da guerra se contam muitas vezes motivos religiosos, de conflitos de religiões ou de negação da liberdade de consciência, e que a Igreja Católica, se dumas vezes foi perseguida doutras foi perseguidora ou assentiu nas perseguições, caindo em «modos de agir menos conformes e até contrários ao espírito evangélico».

Pois estes documentos vêm contribuir decisivamente para a definitiva superação destas questões. Afirma-se nomeadamente na primeira destas Declarações que «todos os homens devem estar livres de coacções, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impellido

28

Ref 9

6



SERVIÇOS DE CENSURA (SEDE) CORTADO

dentro dos devidos limites de proceder segundo a mesma, em privado ou em público, só ou associado com outros». Direito este que se funda «na própria dignidade da pessoa humana» que tendo o dever moral de procurar a verdade não o pode cumprir, de modo conforme com a própria natureza do homem, sem liberdade psicológica e ausência de coação externa; e se funda ainda na liberdade do acto de fé, em conformidade com a conduta de Cristo.

E, na segunda das referidas Declarações, a Igreja nada rejeita do que nas outras religiões «existe de verdadeiro e santo» pois «reflectem não raramente um raio da Verdade que ilumina todos os homens». E citando-se expressamente o Hinduísmo, o Budismo, o Islamismo e de modo particular o Judaísmo (no que respeita aos cristãos não inculidos na Igreja Católica a colaboração é defendida no Decreto sobre o Ecumenismo). Igualmente se reprova «como contrária ao espírito de Cristo, toda e qualquer discriminação ou violência praticada por motivos de raça ou côr, classe ou religião».

Entremos finalmente na análise da *Gandin met Spes* que é um marco na história da Igreja. Esta Constituição integra a doutrina social, no sentido lato do termo, dos pontífices anteriores e, particularmente, a constante da *Mater et Magistra* e da *Pacem in Terris*, que é agora assumida pelos Bispos dos mais diversos pontos do mundo, reunidos em Concílio. Alguma diferenças devem traduzir a maior atenção prestada a certos aspectos ou, sem afectar todavia, nesta matéria, a inspiração essencial, o esforço de possibilitar o acordo entre, nas expressões do próprio Paulo VI, a corrente progressista, majoritária, e a não progressista.

Na perspectiva da paz do mundo importa focar sobretudo, na impossibilidade de mais detalhada investigação, os pontos que seguidamente se abordam.

Este desenvolvido texto defende com clareza *aspirações fundamentais dos homens de hoje*: a necessidade de um esforço vigoroso para «fazer desaparecer o mais rapidamente possível as enormes desigualdades económicas que se acompanham de discriminação individual e social» através de «numerosas reformas na vida económica-social» e de uma *mudança de mentalidade e de hábitos*; o progresso económico que «não deve ser deixado ao arbítrio dum pequeno número de homens ou de grupos gozando dum poder económico muito grande nem só ao da comunidade política de algumas nações mais poderosas», sendo antes necessário que «em todos os níveis, tenha parte na sua direcção o

Ref 9



maior número possível de homens, ou todas as nações se se tratar de relações internacionais»; o princípio de que «os bens criados devem chegar às mãos de todos segundo a justiça, secundada pela caridade» pelo que «sejam quais forem as formas de propriedade, adaptadas às legítimas instituições dos povos e segundo circunstâncias diferentes e mutáveis, deve-se sempre atender a este destino universal dos bens», exortando-se indivíduos e autoridades a que «repartam realmente e distribuam os seus bens, procurando sobretudo prover os indivíduos e os povos dos meios que lhes permitam desenvolver-se a si próprios»; a consideração oportuna de que o trabalho «sobrelewa aos demais factores da vida económica que apenas têm valor de instrumentos»; condições de remuneração de trabalho, pleno emprego, formação profissional; liberdade de associação, nomeadamente sindical; participação livre e política; liberdade de investigação, expressão e informação; democratização efectiva da cultura. Mantém também, em repetidos pontos, o apelo à colaboração leal e eficaz de cristãos e não cristãos, crentes ou não. Continua a atender, de modo aliás muito incisivo, aos sinais dos tempos, procurando manter o raciocínio baseado numa perspectiva de evolução histórica.

Ao problema da paz é entretanto aqui dedicado todo um largo capítulo, na sequência dos consagrados à dignidade do casamento e da família, ao desenvolvimento cultural, à vida económica e social e à vida política, sequência que exprime uma natural relação. Este capítulo especial começa por umas considerações sobre a natureza da paz e contém depois duas secções com os subtítulos «Evitar a Guerra» e «A construção da comunidade internacional».

Retomando as características fundamentais da concepção de João XXIII diz-se: — «a paz não é pura ausência de guerra, nem se limita a assegurar o equilíbrio entre forças adversas; não provém duma dominação política mas define-se com exactidão e propriedade como «obra obra de justiça» (Isaías, 32, 17); — «a firme vontade de respeitar os outros homens e os outros povos na sua dignidade, a prática assídua da fraternidade são absolutamente indispensáveis à construção da paz» que é portanto também obra de amor, positivamente vivido; — «a paz não se alcança de uma vez para sempre, antes deve estar constantemente a ser edificada»;

— «os cristãos são chamados com insistência a unir-se aos homens verdadeiramente pacíficos para implorar e instaurar a paz».

Sobre as soluções a propôr, o Concílio hesitou entre um texto profético, ancorado fundamentalmente numa condenação solene de

Ref. 9

toda a guerra, e um texto pastoral visando sobretudo ajudar os homens inseridos no contexto actual do mundo, não raro propício aos conflitos. A preferência foi dada ao segundo aspecto mas, parece-nos, sem perder o élan profético.

Nesta linha, *para evitar a guerra*, o texto parte do apoio às convenções internacionais existentes, da condenação do genocídio e do imperialismo, da obrigação de não obedecer às ordens deliberadamente contrárias ao direito das gentes, da admissão da série objecção de consciência sobre a qual as leis devem prover com humanidade. Chama depois a atenção para que as armas actuais podem causar destruições que vão «muito além dos limites da legítima defesa» e condena a guerra total, declarando que «todo o acto de guerra que tende indiscriminadamente à destruição de cidades inteiras ou de vastas regiões com os seus habitantes é crime contra Deus e o próprio homem que deve ser condenado com firmeza e sem hesitação». Apela como João XXIII para o desarmamento dos espíritos contra a dissuação pelo medo, mostrando que «a corrida aos armamentos é um flagelo terrível e lesa os pobres duma maneira intolerável» em face dos enormes gastos que provoca. Mas aponta depois o objectivo de todos estes meios que é «preparar os tempos em que, por comum acordo das nações se possa proibir absolutamente toda a espécie de guerra», o que exige a instituição de uma autoridade pública universal, por todos reconhecida e com poderes eficazes, acordos sobre o desarmamento, e que os homens «alarguem o espírito mais para além das fronteiras da própria nação, renunciem ao egoísmo nacional e à ambição de dominar outros países, e fomentem um grande respeito por toda a humanidade que avança laboriosamente para uma maior unidade».

Prevê-se finalmente a constituição da comunidade internacional, salientando-se de entrada que «para edificar a paz, a primeira condição é a eliminação das causas das discórdias entre os homens: são elas que alimentam as guerras, a começar pelas injustiças» a maior das quais provém de «excessiva desigualdades económicas e do atraso em lhes dar remédio necessário». Aborda-se seguidamente o processo de integração comunitária que começa a caracterizar a sociedade internacional e a necessidade das instituições internacionais, existentes e a criar, o reforçarem. Termina o capítulo pelo problema básico do combate ao subdesenvolvimento, com particular incidência nos países que sofrem dum grande crescimento demográfico. Indicam-se algumas regras oportunas: — o crescimento deve ser sobretudo obra dos cidadãos dos países em vias de o efectuar, cujo progresso humano total visa; — as

28 3 6
Ref 9

nações desenvolvidas devem proceder às revisões internas necessárias para se colocarem ao serviço desta cooperação internacional; — a comunidade internacional, pelas suas instituições, deve coordenar e estimular o desenvolvimento e ordenar as relações económicas mundiais, resolvendo nomeadamente o grave problema do comércio mundial, não tendo sentido as ajudas materiais «sem profundas modificações nos usos actuais do comércio internacional» que apenas traduzem a exploração dos países subdesenvolvidos, não industrializados (1); — é urgente pro-

(1) Regulamentação do comércio internacional que nevolve, entre outros aspectos, a estabilização do curso das matérias-primas, exportação única dos países subdesenvolvidos, e que antecipa posteriores medidas doutro tipo como, por exemplo, o possível lançamento de um imposto sobre os rendimentos nacionais, de taxa progressiva, com redistribuição equitativa do produto por autoridade universal competente (vd. I. C. I., n.º 268-P. Tessa Bala-suriya).

ceder em muitos casos a uma reforma das estruturas económicas e sociais, que se deve todavia basear em soluções tecnicamente amadurecidas.

Sublinha-se ainda que «Uma grande diversidade de sistemas, económicos e sociais se apresenta: é de desejar que os especialistas encontrem neles as bases comuns dum são comércio mundial, o que mais facilmente se conseguirá se cada um renunciar aos próprios preconceitos e se dispuser sem delongas a um diálogo sincero». Os cristãos são convidados a uma colaboração activa e positiva com todos os homens em busca da paz e a disporem dos seus bens, «não apenas do supérfluo, mas também do necessário», para que termine o escândalo «de haver algumas nações, geralmente de maioria cristã, na abundância, enquanto outros não têm sequer o necessário para viver e são atormentados pela fome, a doença e toda a espécie de misérias».

VI

Temos portanto que, depois do largo testemunho evangélico de João XXIII, em paralelo com o esforço de certos cristãos ou grupos de cristãos dessa necessidade conscientes, a Igreja católica ultrapassa a defesa predominantemente abstracta da paz e insere-se de modo incisivo no combate concreto pela justiça, liberdade, solidariedade e verdade que conduzem de facto à paz. Ultrapassa e começa a ultrapassar. Ultrapassa, porque o caminho dessa inserção do combate dos homens ficou aberto e consagrado. Começa apenas a ultrapassar tal posição, de ten-

20

9

6

Ref 9

41 14

dência puramente idealista, porque este pensar e viver na linha da história tem de ser não apenas de alguns cristãos, mesmo em número significativo, mas de todo o povo cristão, católico ou não, hierarquia e leigos, e em todos os países. E tem de o ser não em circuito fechado mas em colaboração fraterna e ampla no interesse real de todos os homens e todos os povos, nomeadamente dos que têm «fome e sede de justiça».

Mas, para tanto, há barreiras que urge ultrapassar e tarefas inadiáveis a fazer, sem o que o contributo da Igreja, de todos os católicos e de todos os cristãos (*sendo aqui fundamental uma colaboração estreita, sinal e via de unidade aliás*) não será despertado em toda a extensão que a humanidade, *hic et nunc*, reclama. Sobre essas tarefas e tais barreiras diremos agora e para terminar.

1 — É imprescindível a intensa e verdadeira *informação*, instrução (no ensino da história, por exemplo) e *educação* (desde a catequese renovada da infância a uma catequese de adultos e a uma pregação actual e corajosa), que possibilitem ao povo cristão a consciência objectiva, fraterna e activa que é o motor da paz real.

2 — A reforma não pode ser apenas a dos espíritos mas igualmente a das estruturas, que nenhuma é suficiente sem a outra. Se as estruturas não andarem ao ritmo das declarações e dos textos não só estes não são eficazes como são traídos. Isto tanto ao nível central como ao nível nacional ou local da Igreja. Há que modificar e em certos casos remover órgãos antigos e criar outros novos. Na linha deste último cumpre salientar os Secretariados da época conciliar: *para a união dos cristãos, para o diálogo com os crentes não-cristãos e para o diálogo com os não-crentes*, cuja a acção a favor da paz pode ser muito importante. É ainda hesitante a sorte de um outro Secretariado, cuja criação foi reclamada no parágrafo 90 de *Gandium et Spes*: *Perante a imensa miséria que ainda hoje domina a maior parte da humanidade, e para favorecer por toda a parte a justiça e salientar o amor de Cristo para com os pobres, o Concílio, por sua parte, considera extremamente desejável a criação dum organismo da Igreja universal, incumbido de estimular a comunidade católica a promover o progresso das regiões pobres e a justiça social entre as nações*». Não se trata de um organismo de intervenção política mas de formação e estímulo no sentido daquilo a que Jean-Marie Paupert chama as «*exigências evangélicas*»⁽³⁾, sendo entretanto mani-

(3) *Pour une politique évangélique*, Privat Editeur e entrevista em *I. C. I.*, nº 265.

Ref 9

feita a sua importância. Contudo, contrariamente à opinião unânime dos peritos da comissão preparatória (P. Lebret., recém falecido, James Norris, Mons. Rhodain e Mons. Swantrom, Veronese, Barbara Ward, P. Mahon, etc.) o Secretariado não foi criado com autonomia e no plano total da Igreja mas as suas tarefas atribuídas ao Comité provisório para o Apostolado dos Leigos, revelando-se assim a hesitação estrutural perante questões básicas e urgentes (veja-se, por exemplo, o artigo do Cónego Houllart em *I. C. I.*, n.º 269-270).

3 — *O sentido vivo da responsabilidade profética do cristão e da Igreja*, que de novo acorda trazendo aos nossos ouvidos o eco autêntico do Evangelho, o ritmo do Sermão da Montanha, não pode, ser abalado novamente pelo compromisso e pela cedência, nem mesmo sequer pelo peso das instituições e da burocracia. Os cristãos, hoje como ontem, não podem cansar-se de proclamar o que o Evangelho exige por si mesmo, sem confundir tal testemunho com a investigação do «como» fazer, na qual entretanto devem participar, nomeadamente enquanto especialistas (de política, de economia, de teologia moral, etc.) em colaboração com todos os homens competentes. *Ao lado do ministério pastoral* (resposta aos acontecimentos e investigação dos meios de administração eficaz da realidade social pela devida inserção do espiritual) *cabe a presença constante do ministério profético*. Este sem aquele corre o risco de se não enraizar na quotidiana consciência cristã, aquele sem este o risco de ceder a certos determinismos ou facilidades temporais acabando por não existir também a verdadeira pastoral que só tem razão de ser em função da Luz que a ilumina e para que tende. Por isso só a mensagem profética fala realmente aos homens (Cónego Hontant) e abre a porta aos actos.

4 — A luz verde para a *plena maioria de todos os cristãos*, leigos, religiosos, sacerdotes e bispos, mulheres e homens, operários ou intelectuais foi dada ao e pelo Concílio. É preciso que todos a assumam e a exprimam, sem orgulho mas sem receio, no estudo e na crítica, na oração e no trabalho, na encarnação consciente de liberdade e autoridade não pode ser senão coisa dinâmica e obra de desprendimento interior do cristão, da abertura à acção do Espírito e à sua projecção nos sinais dos tempos e doutro modo não será.

5 — O critério da responsabilidade perante Deus, veículo do amor

Ref 9

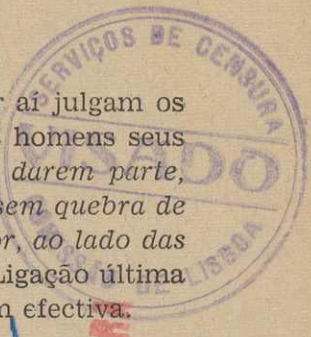


a Deus e aos homens, está demarcada desde há muito: «Tive fome e não me deste de comer. Tive sede e não me deste a beber...». A consciência da total exigência deste critério tem-se perdido muitas vezes na consciência das sociedades que se dizem cristãs e na de cada cristão. Quando de novo acorda e nos desperta não a podemos, colectiva e individualmente, e hoje mais ainda perante a maior crítica e expectativa dos não-cristãos, deixar ocultar-se. O espírito de pobreza na lição do Evangelho, a renúncia ao luxo, à importância, ao «poder», são evidências necessárias aos olhos dos cristãos actuais e ainda muito mal apreendidas. Sem elas o contributo dos cristãos para a paz não será acreditado. Aliás, a Igreja «não coloca a sua esperança nos privilégios que lhe oferece a autoridade civil; mais ainda, ela renunciará ao exercício de alguns direitos legitimamente adquiridos, quando verificar que o seu uso põe em causa a sinceridade do seu testemunho ou que novas condições de vida exigem outras disposições» (*Gandium et Spes*, capítulo IV, parágrafo 76).

6 — A Igreja, como claramente resulta de *Gandium et Spes*, pretende também *renunciar a todo o compromisso institucional com as específicas opiniões e partidos políticos*, e mais ainda com todos os actos de opressão. Concretizar tal intento é obrigação de todos os cristãos e objectivo por vezes difícil de esclarecer (veja-se o caso italiano) mas em qualquer caso inadiável..

7 — Por outro lado, este último princípio não nos deve fazer cair na tentação do «angelismo» e da espiritualidade desencarnada. Porque uma coisa é a independência da instituição eclesial outra as opções dos cristãos; e uma coisa a neutralidade partidária *outra o profundo compromisso com as exigências do Evangelho*, instante para as pessoas e as instituições. Compromisso este que é a solidariedade activa, a real participação mesmo, com os pobres e perseguidos e, em geral, todos os que sofrem qualquer forma de opressão material ou moral. É preciso aliás *quebrar depressa o que mata a pureza do testemunho*: o círculo vicioso da exploração, da miséria, do subdesenvolvimento e das guerras. Nesta direcção escreveu o mencionado Paupert que «o comprometimento político não é facultativo e os cristãos não podem ficar neutros». Neste sentido tem falado e repetido Paulo VI, preocupado com essa pureza testemunhal. Por falta disto em muitas concretas situações as crises de consciência e o obscurecimento da fé em muitos cristãos, e a

CORTADO



crítica irónica ou amarga de muitos não-cristãos que por aí julgam os discípulos de Cristo e a verdade do seu amor aos outros homens seus irmãos. *Por este caminho a possibilidade de os cristãos darem parte, então, da necessidade sempre actual da renúncia ao ódio sem quebra de firmeza, da transformação pessoal e da renovação interior, ao lado das mudanças estruturais e para êxito e humanidade destas.* Ligação última esta que a experiência da nossa época revela crucial e bem efectiva.

8 — Uma nota nova de mentalidade cristã, verdadeira obrigação moral como claramente se diz em *Mater et Magistra* e *Gandhant et Spes*, é a preocupação dos cristãos com a acção temporal e a respectiva eficácia na vida social, distinguindo embora os princípios cristãos básicos das opiniões pessoais ou de grupo, livres dentro de certo mas ainda amplo limite. Na verdade se «o Reino de Deus não é deste mundo» ele começa «no coração do homem»; e o coração dos homens só se abre por um simultâneo esforço de combate ao próprio egoísmo e de superação das objectivas condições sociais que fecham o homem no egoísmo e o impelem para as injustiças e as guerras, destinadas a gerar as injustiças ou às injustiças reponder.

O desenvolvimento e a paz, a liberdade e a justiça, não são assim accidentais boas obras (ou boas intenções) subsidiárias do caminho da humanidade e de cada uma para Deus, mas antes marcos fundamentais deste avanço, *formas efectivas da verdadeira e exigente Caridade* que é, no exacto sentido, amor ao próximo e participação na própria vida de Deus.

9 — Escreveu Teilhard que a paz é «um grande esforço organizado» e «uma unanimidade na busca e na conquista, cimentada entre nós pela comum vontade de nos elevarmos unidos para um maior grau de consciência e liberdade» (in «o Futuro do Homem»). Assim se insere o diálogo e a colaboração dos homens, condição de paz, no progresso do homem, fase possível e previsível da sua história e da sua profunda inserção na realidade do próprio Deus.

Diálogo que será para os cristãos «guiado apenas pelo amor pela verdade e com necessária prudência» e que «não exclui ninguém; nem aqueles que cultivam os altos valores do espírito humano sem ainda conhecerem o seu Autor; nem aqueles que se compõem à Igreja, e de várias maneiras e perseguem». Colaboração que é «vocação humana e divina» de «cooperar pacificamente, sem violência nem engano, na edificação do mundo numa paz verdadeira» pois os cristãos, lembrados



da palavra do Senhor: «nisto reconhecerão todos que sois meus discipulos, se vos amardes uns aos outros», nada podem desejar mais ardentemente do que servir sempre com maior generosidade e eficácia os homens do mundo de hoje» (Gandiun et Spes).

«O mundo chegará alguma vez a mudar a mentalidade particularista e bélica que teceu até aqui grande parte da sua história? É difícil prevê-lo; mas é fácil afirmar que é preciso por-se resolutamente a caminho para a nova história, a história pacífica, a que será verdadeira e plenamente humana, a que Deus prometeu aos homens de boa vontade» (Paulo VI, discurso na O.N.U.).

VÍTOR WENGOROVÍUS

CORTADO (SEDE)

GRÁFICA SANTELMO, LDA.	
NOME	<i>Tempo e o modo</i>
N.º	<i>8436</i>
ENVIADAS EM	<i>24/9/56</i>
RECEBIDAS EM	<i>/ /</i>

PRIMEIRAS PROVAS

10

28 9 66

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

JOSÉ ESTEVAO SASPORTES

MORRERAM TODOS MAS EU SALVEI-ME!

Monólogo apocalíptico para bailarino canoro

EMBLEMA

«Many workmen
Built a huge ball of masonry
Upon the mountain-top
Then they went to the valley below,
And turned to behold their work.
«It is grand», they said;
They loved the thing.

Of a sudden, it moved:
It came upon them swiftly;
It crush them all to blood
But some had opportunity to squeal.»

Stephen Crane — *The Black Riders* — 1895



O monólogo ou é conversa de fala-só ou é dissimulado diálogo com um público. O monólogo é uma forma morta por excelência. O monólogo que vai seguir-se é soliloquio e panfleto de discursador visionário.

Idealmente, a peça deverá representar-se num teatro em redondo e ser executada por um bailarino de grandes recursos dramáticos (como o Deryck Mendell que estreou o Acte sans paroles, de Becktt). Numa cena em arena e salvo o começo e o final, em coro, o personagem deverá enfrentar sózinho, sem quaisquer artifícios cínicos todo o catclismo que evoca. Apenas o seu corpo e a sua voz o ajudarão.

No caso de vir a ser impossível compôr música para esta peça, deverão utilizar-se o Dies Irae do «Requiem», de Verdi (Gravação Toscanini — RCA 16131/2) e o Concerto para dois trompetes, de Hendel. (Gravação Scherchen — Heliodor 479044).

Ss esta peça for representada numa cena à italiana, antes da audição do Dies Irae, deverão ser projectadas imagens compósitas, do tipo da pintura de Rauschenberg, com as devidas referências a uma oposição de dois grandes blocos políticos, à eminência da catástrofe pelo choque

Ref 9

dessas forças, à eventual qualidade cósmica desse conflito, etc.

1 — Após um tempo em silêncio, no escuro, irrompe o Dies Irae. No centro do palco, um bailarino, a princípio imóvel, vai dançar o pânico do fim do mundo e a angústia de quem não pode escapar a esse fim. Este solo dura pouco mais de 5 minutos, enquanto o coro canta:

«Dies irae, dies illa
Solvat saeculum in favilla,
Teste David cum Sybilla.
Quantus tremor est futurus,
Quanto Judex est venturus,
Concta stricte discussurus!

Tuba mirum spargens sonum
Per sepulchre regionum
Cogeto mires ante thronum.»

2 — Largo do «Concerto», de Haendel. Num palco tradicional, poderão projectar-se os Desastres da Guerra, de Goya. O bailarino dançará e declamará o pavor da testemunha da grande cólera. O bailarino tanto se movimentará ao ritmo da música como ao sentido das palavras que vai proferindo.

Vento! Vento! Vento! Vento!
Um vento de fogo e um mar escaldante!
O ar e a água a consumirem tudo!
E o ciclone a avançar sempre, calmo, traíçoeiro.

Chega e lambe as casas, as pessoas e os bichos, as montanhas e os rios. E aplanar tudo. Tudo transforma em pó. Passa e nasce o deserto.

E nós a fugir. A fugir e a sentir na nuca o sopro quente, mortal. A procurar escapar-lhe, a correr sem destino para longe dessa imensa labareda, e a ficarmos pelo caminho, sem fôlego nem forças para podermos continuar mas a correr sempre mais. Os que eram apanhados, sentiam os cabelos incendiarem-se, respiravam o vento e logo se transmutavam em vento. E o vento ia ficando cada vez mais quente, mais pesado, mais nauseabundo. Insuportável já à distância que separava os que corriam do seu bafejar devorador.



Não posso calcular quantos mergulharam nesta corrida louca, neste desejo desesperado de morrer um pouco depois dos outros, do companheiro que segundos antes se juntara ao vento e já estava também a perseguir-nos, inexoravelmente. Não sei quantos seríamos, mas eramos todos! Uma frente quilométrica que empurrava à sua frente as gentes e as coisas dos sítios por onde passava. Era a devastação da nossa corrida antes da devastação do vento de fogo. E corremos por todo o mundo. Demos sete voltas à terra, sempre e sempre soprados pelo vento. A nossa resistência tornara-se inesgotável: era a própria força do vento a empurrar-nos na sua girândola. Voltamos a pisar as terras que havíamos devastado antes de o vento as queimar. Era o deserto. A terra inteira era um deserto, mas cada um de nós sabia que ali fora a sua casa, que ali houvera um jardim para os seus filhos... Era o deserto, mas era impossível não sofrer os sinais evidentes de que aquilo, ali, vazio e árido, fora nosso... E então começou a elevar-se do rebanho um clamor inneso, um choro inconsolável. Assim nasceu um outro vento, gritante e gelado, mas que também queimava e consumia os corpos.

O próprio Sol desaparecera.

De súbito, o vento cessou. Nos ares avantajou-se uma coluna de fogo e uma imensa tromba de água perdeu-se no espaço. Fez-se um silêncio vazio e ameaçador.

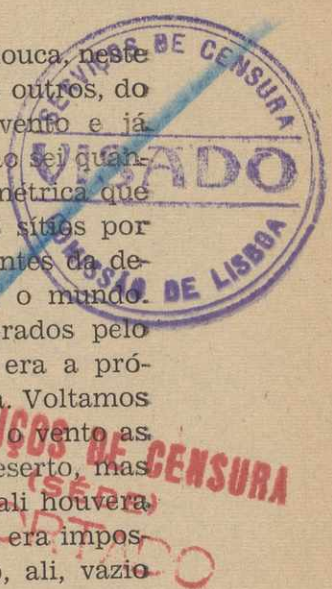
Olhei o céu. O azul tinha desaparecido e já não havia estrelas. O céu estava coalhado de crateras, era um manto esburacado de onde tinham caído todas as estrelas.

O pasmo que havia em mim foi arrefecendo. Quando me cansei de olhar o céu e quis ver o que se passava à minha volta, encontrei-me aqui, sózinho, a testemunhar o fim do mundo.

3 — Allegro — *O bailarino dançará um ódio antigo, impotente, tardio, ao mesmo tempo que gritará, insultando visivelmente o público:*

Estúpidos, cretinos, burros, imbecis, celerados! Doidos todos! Doidos! E nojentos! Miseráveis! Assassinos! Cães! Criminosos! Sempre a mesma castração de um idealismo vistoso, piegas, cómico, catastrófico.

Um truque reles, medíocre, mil vezes repetido e sempre aceite pela apatia dos outros: Fazer o mal, inventar uma desculpa bonita para remediar o mal e cantar a beleza ideal dessa desculpa. De



Ref 9



uma desculpa que entra logo mascarada de hino de glória, esquecendo lá fora a humildade de quem pede perdão. E acaba por valer a pena fazer o mal, só para vestir as galas da desculpa!

Oh, o jogo infernal da corrupção e do medo!

Mas desta vez rebentou tudo! O mal impôs-se à desculpa e desmascarou-a com a sua cólera incendiária. Estoirou a carcassa! Vendiam a alma e julgavam comprar o diabo. Estão todos no inferno!

E nós? Nós, pobres moedas de todas estas traficâncias, acabamos por nos julgar heróis... Ah, mas os que se votalizaram não morrem nem como santos nem como guerreiros.

E teríamos podido resistir?

Enterrados no mais estúpido dos comodismos, os homens acabaram por aceitar ser instrumentos?

Mas instrumentos de quê? E hoje: Vítimas de quê? De quem? Por quê? Para quê? Vítimas de si próprios — seria a condenação justa — se não fossem de tal modo vítimas!

E eu aqui! Um sobejo!? O que resta do nada!? Apenas o arauto que vem contar a história.

Oh, o terrível vício do heroísmo e ainda isto de sobreviver entre uma pirad e cadáveres!

Como foi possível aceitar o Museu de Creta!

Ah, os cavalos! Os cavalos!

Haviam soado avisos ameaçadores, mas era impossível prever que a Humanidade se tivesse tornado num organismo tão poderoso que encerrassem a sua própria destruição! E portanto aconteceu!

Depois veio aquele súbito e incompreensível acordo entre as grandes potências, que aceitaram loucamente a mais temerária das roletas: Construir em Creta o maior e mais inflamável museu do mundo e lá colocar o arsenal atómico de todas as nações. Não eram só milhares de bombas, ogivas e foguetões, eram também todos os tipos de armas amorosamente preparadas para o holocausto final. E todos aqueles engenhos se encontravam prontos a explodir, num desafio quase sacrilégio às regras do acaso! E explodiram!

O Museu consubstanciava de tal modo o inimaginavelmente horrendo, que ninguém mais visitou Creta. Só os jornalistas lá iam regularmente para confirmarem a existência do Museu e escrever que o Homem, finalmente inteligente, conseguira dominar o mal que criara. Consequira criar a Morte e encarcerá-la.

21

23

28 9

Ref 9



NUNCA SE FALOU EM DESTRUIR O MAL!
 NUNCA NINGUÉM PROPÔS QUE SE DESMONTASSE TODO
 AQUELE PAIOL.

NUNCA NINGUÉM SE LEMBROU DE ACORDAR E POR FIM
 AO PESADELO.

Mais loucamente ainda, no puro delírio da verbosidade incandescente, foi possível inventar e espalhar por todo o globo uma super arma aniquiladora. Este engenho reagiria automaticamente ao excesso de rádioactividade de uma explosão atómica e seria o executor final da humanidade. Se uma potência, quebrando o pacto de confiança firmado em Creta, iniciasse uma agressão, todo o Mundo seria pulverizado.

FICAMOS TODOS COMO PENHOR!

Ah! Os cavalos!

Agora rebentou tudo! Não se sabe como nem porquê. Mas a máquina funcionou, o Museu deflagrou-se e o Mundo ficou pulverizado.

E se em vez dessa ideia sublime e teatral do Museu, tivéssemos sabido inventar a ideia simples de viver com a cabeça fora da guilhotina, sem desafios inúteis!

E, hoje, quem será capaz de recriar o mundo e iniciar-me na sobrevivência? Quem? Onde?

4 — Allegro ma non troppo — *Mas nem os discursadores são invulneráveis:*

Esta não, esta não?! Esta não que se desfaz!

Oh, Deus, os dedos caem-se como as folhas mortas!

E o sangue?! Já não corre sangue nas minhas veias.

E todas estas escamas na pele?!

Que fizeram de mim?

E a cara? Que dentes são estes, torneados como parafusos? E orelhas de morcego? E estes pés de javali?

Que me aconteceu?

E esta terrível dor de rins que me obriga a pôr no chão estas mãos muscosas?

Não, não, não sou um bicho! Sou o que resta de um homem!

E os meus filhos, a minha mulher? Onde estão todos? Onde está a minha casa? Quere-os! Quere-os vivos! Quere-os mortos! Quere-os aqui!

28

9
Ref 9

6



Trepa a um mastro do lado esquerdo do palco:

Oh, mas elés sobreviveram. Tudo à volta é deserto, mas a minha casa está já ali! Não, agora desapareceu! Não, lá está de novo. Filhos, filhos!

Cai. Desnorteado, vai trepar a um mastro do lado direito:

Oh, mas eles sobreviveram. Tudo à volta é deserto, mas a minha casa está já ali! Não, agora desapareceu! Não, lá está de novo. Filhos, filhos!

5 — *De novo o Largo e ponto final no desespero, graças às virtudes do delírio místico:*

Morreram todos, mas eu salvei-me!

Oh, Senhor! Senhor!

Obrigado, Senhor!

Morreram todos mas eu salvei-me!

Sou eu o vencedor. Sobrevivi.

Eu sou o único, sou aquele que venceu e vai receber o seixo branco onde foi gravado o nome da revelação. E só eu o conhecerei, meu Deus.

Eu vi, eu adivinhei em tudo a ira da ordem dos sete signos. Ouvi as trompetas celestes anunciarem o fim do mundo. Desculpai-me, Senhor, eu ainda os quis avisar, mas todos me julgavam surdo.

Eu sei que haveis ordenado o combate final, eu sei. «As nações zangaram-se e sobreveio a vossa cólera e é chegado o tempo de julgar os mortos, de recompensar os vossos servidores, os santos, os profetas e os que temem o vosso nome, os pequenos e os grandes; e de destruir os que destruíram a terra.»

«E os reis da terra, os grandes, os chefes militares, os ricos e os pobres, os escravos e os homens livres, todos se ocultaram nas cavernas profundas, pedindo-lhes que os esmagassem, que os escondessem da vossa cólera.

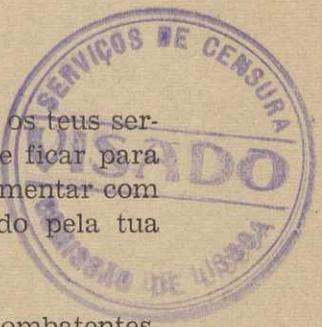
Vem, Senhor, envia-me um anjo que me revele, como a S. João, todos os sinais do Apocalipse. Vem, Senhor, e dá-me a engolir o pequeno livro amargo e mostra-me o meu nome inscrito no grande livro eterno.

Obrigado, Senhor, morreram todos mas eu salvei-me.

Eu tinha fé. Eu sabia que uma catástrofe nuclear não destruiria todo o mundo, como anunciavam os pacifistas medrosos. Só tu,

«O TEMPO E O MODO»
Provas enviadas à Censura em
28 de 8 de 196.6
Ref 9

25



senhor, podes destruir a Terra que criaste, e todos os teus servidores, e todos os teus inimigos. Alguém havia de ficar para testemunhar perante ti. E porque havia de me atormentar com a desordem dos homens, se podia ser o escolhido pela tua glória?

Sou eu o vencedor. Obrigado Senhor!
E já vejo ' os quatro cavaleiros, as miríades de anjos combatentes,

(1) Numa cena tradicional, estas figuras podem aparecer mesmo sobre a cena ou serem projectadas numa imagística próxima de Gustave Moreau.

as pragas e os males sem fim que esmagam os ímpios e o despotas, que destroem as suas babilónias.

Vejo vir agora uma mulher envolvida pelo Sol e tendo a seus pés a Lua. Na cabeça brilha-lhe uma tiara de estrelas. Está grávida e grita as dores do parto. Ah! E avança sobre ela um terrível dragão vermelho de sete cabeças e dez cornos. Vem e parece querer devorá-los: a mulher e à criança que vai nascer.

Mas tu não o vais consentir, Senhor. São a minha mulher e o meu filho. Não, senhor! Tens de ajudá-los!

Obrigado, Senhor. Vejo agora os teus quatro preciosos guardas que se dispõem para o combate. São quatro estranhas criaturas, semelhantes ao leão, ao bezerro, ao homem e à águia que voa. Os seus corpos estão recobertos de olhos e cada um se move com a agilidade das suas seis asas.

Ah, Senhor, mas que luta medonha é esta. E os teus põem-se em fuga, perseguidos pela serpente e pelo dragão blasfemo! Não, Senhor, libertai a minha mulher e os meus filhos! Livrai-os do dragão. Não, não, eu vou salvá-los! Eu vou salvá-los!

Obrigado, Senhor, salvaram-se todos mas eu vou morrer. Eu vou salvá-los. Amen.

6 — *Rebenta o Dies Irae. Dança final dos condenados do juízo final que enchem literalmente a cena. Podem projectar-se, alternadamente, cenas de guerra, horrores de Hiroshima, campos de concentração e imagens de pintura medieval e renascentista representando os terrores do juízo final.*

7 — *Terminado o Dies irae, o palco volta a ficar despovoado. A meio, um ovo de um metro de altura. O ovo começa a quebrar e sai dele o cogumelo atómico. FIM*

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

28

3
Ref 9



O custo de vida e o imposto de transacções

A PESAR da expressa declaração de que o Imposto de Transacções, dado que todo um vasto sector dos consumos lhe fica subtraído, não irá contribuir para um novo agravamento do custo de vida, o que é facto é que só o futuro — já tão próximo de nós — dirá até que ponto corresponde às realidades tão optimista promessa.

Efectivamente, apesar de muitos produtos terem ficado isentos do imposto, não temos dúvidas de que os seus preços serão agravados por repercursão dos aumentos sofridos pelos outros.

Como prova do que fica dito, tomemos, para já, a exposição elaborada por uma comissão nomeada para o efeito numa reunião dos armazenistas de Coimbra e que foi — ou vai ser — entregue ao sr. ministro das Finanças.

Nela se diz que «não podem restar dúvidas que para os milhares de grossistas existentes no País darem cumprimento às complicadas disposições do Código, se torna indispensável o recrutamento de alguns milhares de empregados, com certa competência e noção de responsabilidades, o que, neste momento, é absolutamente impossível por não haver pessoal disponível. A verdade é que, mesmo para recrutar pessoal para as anteriores necessidades, tem sido difícil encontrá-lo em virtude do desenvolvimento bancário, industrial e até comercial, não podendo esquecer-se a sangria que o País está a suportar com a emigração legalizada e clandestina. Mas, ainda que fosse possível ao comércio grossista recrutar pessoal para dar cumprimento à Lei, não pode o mesmo suportar os pesados encargos que daí lhe advirão, dadas as reduzidas margens de lucro que estão a ser praticadas e a verdade é que o aumento de tais margens redundará em novo aumento de custo de vida».

A lógica deste argumento parece-nos difícil de atacar...

SERVICIOS DE CENSURA
VISADO

28

9



Por outro lado, se é verdade que são isentos dos impostos os produtos alimentares com excepção dos produtos de confeitaria, doçaria e pastelaria, não é menos verdade que o referido tributo recai sobre vestuário e calçado. Ora, se entre as necessidades básicas do indivíduo se contam as de alimentação, está fora de dúvida que a de se vestir e a de se calçar não ficam fora do âmbito daquelas que também é preciso satisfazer em primeiro lugar.

Veja-se, ainda, o caso da gasolina, abrangida pelo imposto, hoje produto indispensável para o progresso dos ovos.

Por tudo isto — e pelo muito mais que fica por dizer — insistimos em rezear que, a partir do dia 1 de Agosto próximo futuro, o custo de vida atinga limites muito próximos dos incomparáveis pela renda média do cidadão português.

A Rebeca — 28-7-966

Ainda a carestia da vida

Como é praxe, o aumento de custo de vida logo se fez sentir mais fortemente assim que se falou no aumento de vencimento ao funcionalismo público. Antes, mesmo, de os referidos funcionários receberem o aumento, o que se dará só no fim de Setembro próximo, já os géneros subiram de custo.

A Rebeca — 25-8-966

Homenagem ao progresso

Na missa campal, celebrada no dia seguinte ao da inauguração da Ponte, o Cardeal Patriarca de Lisboa, disse:

E quer que a justiça e a caridade se recordem os que não têm voz aqui: alguns que perderam a vida no trabalho da épica construção, e quantos choraram as velhas mansardas onde entrava o frio, o vento e a chuva, mas onde

amaram e sofreram, desfeitas em homenagem ao progresso.

Primeiro de Janeiro — 8-8-966

Forças militares extraordinárias no Ultramar

Foi autorizada a 1.^a Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública a mandar satisfazer em conta da verba inscrita no artigo 307.º «Forças militares extraordinárias no ultramar», do capítulo 12.º «Defesa nacional» do orçamento em vigor de Encargos Gerais da Nação, a quantia de 100.000 contos relativa a despesas no ministério do Exército, sem cabimento no ano de 1965, que transitaram em dívida para 1966.

No Ministério das Finanças foi aberto um crédito especial no montante de 40.000.000\$00 devendo a mesma importância ser adicionada à verba inscrita no artigo 307.º «Forças militares extraordinárias no ultramar», capítulo 12.º do orçamento dos Encargos Gerais da Nação.

Do Jornal ABC, *Diário de Angola* — 31-8-966

A organização que nos foi imposta

Várias vezes aqui se tem criticado a acção do intermediário, de certos intermediários, como causa, uma das causas, do elevado custo de vida. Hade haver quem negue que assim é e nos julgue autores duma acusação infundada de uma calúnia.

Pois bem: oferecemos ao leitor esta prova de que estamos dentro da verdade. Encontramos no nosso prezado colega «Democracia do Sul», um artigo intitulado «Parada agrícola», assinado pelo sr. Joaquim Inácio Calhau, lavrador naquela região, depois de várias considerações, esta afirmação:

«Ataquem a organização que nos foi impos-



COMISSÃO DE CENSURA
CORTADO

78

Ref 3

6

54

ta, estudem os «porquês» dum litro de leite ser pago ao produtor a 2\$20 e o consumidor pagar a 3\$80; um litro de vinho é pago a 1\$60 e o consumidor paga a 4\$00; um quilograma de trigo é pago a 3\$20 sem umidade e o pão de farelos a 3\$30 com 10 % de umidade e as farinhas a 6\$00.

«A carne de porco é paga ao produtor a 15\$00 e, depois de uma pequena percentagem de sal e pimentão, enchem as tripas dos mesmos porcos e o consumidor paga a 42\$00. As farinhas para consumo pecuário ultrapassam os preços do pão, as frutas são pagas a 5\$00 e o consumidor paga 14\$00 e 15\$00.

Citamos o facto de ser isto escrito por um lavrador e publicado num jornal de Évora, para demonstrar que é de ambos a responsabilidade destas tão notáveis afirmações.

A Rebelião — 30-6-966

Estas malditas discussões...

O sr. Ministro da Justiça pôs à disposição o novo «Projecto do Código Civil» para que cada um desse a sua opinião, pró ou contra, mas têm sido tantas as divergências que estão aparecendo que será difícil resolve-las a contento de todos e para bem de todos.

Por exemplo a Ordem dos Advogados levantou um autêntica campanha contra a referido Código Civil, a fim de levar o divórcio a todos os casamentos.

Terá razão ou não terá?!...

Isto de pôr à discussão de todos é sempre mau, para se agradar a uns tem que por força desagradar-se a outros, foi sempre assim e continuará a ser.

A intenção do Ministro foi boa, mas a dos homens é que não está dentro da razão.

O Eco de Estremoz — 11-9-966

Não saberão dizer-nos?

Em tudo e por tudo, não se ouvem senão la-



Provas enviadas à Censura em
28 de 9 de 1966



SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
AUTORIZADO
COM CORTES

múrias de todos as colectividades que se encontram em precárias situações financeiras.

Uns é porque lhe falta isto, outros é porque lhe falta aquilo e as nefastas lamúrias continuam dia a dia sem que ninguém lhe dê remédio.

Agora é associação de tal que não se sabe como resolver o seu problema, logo são as misericórdias que se lamentam de que não podem continuar a viver nas condições em que se encontram, logo a seguir as casas de beneficência que não podem arcar com as despesas de tudo que carecem, etc., etc..

Mas para que é tanta lamúria?!

Não saberão dizer-nos do que deriva este estado de coisas?...

O Eco de Estremoz — 18-9-66

A revolta dos espíritos demoníacos

Após um largo período de tempo em que, graças à decisiva intervenção da benemérita Associação de Assistência à Mendicidade, Loulé esteve livre da degradante pedincha, parece que vai desaparecendo um péssimo hábito que tanto desprestigia uma terra perante quem a visita.

Já temos visto jovens mulheres a pedir, não um trabalho que não lhes faltaria, mas uma esmola... que se pede sem esforço físico.

De ciganos, então, quase que são uma praga. Se se lhes dá alguma coisa... não largam diariamente a porta. Quando se lhes nega a esmola são capazes de exteriorizar o seu espírito de revolta... vingando-se em partir flores em escadas onde sirvam de ornamento.

Triste mundo este em que vivemos em que o ódio ao trabalho, que parece viver latente em tantos espíritos demoníacos, já gera a revolta quando se tem dificuldade em comer... pedindo esmolas.

Será que para os ciganos, o trabalho é de-

Ref 9 56



SERVIÇOS DE CENSURA (SEDE) CORTADO

gradante? Que espécie de raça é essa que persiste em viver... roubando?

A Voz de Loujé — 9-966

De mal a pior

Sob o ponto de vista moral (que no fundo abrange todos os aspectos do comportamento humano) as coisas não seguem bem. Antes pelo contrário. É a conclusão de um relatório da polícia internacional.

Jornal de Almada — 9-966

O adeus a «África Adeus»?

OS acontecimentos relacionados com as manifestações contra o filme de Jacopetti «África Adeus», em Berlim, ditaram, na sexta-feira, a retirada do mesmo. No cinema de estreias, Astor, na Kurfuerstendamm, só se realizaram nove exhibições. Depois, a firma concessionária Cine-Union, decidiu dispensar o cinema dos seus compromissos de representação.

Com isto foi, pelo menos provisoriamente, afastado um filme que nem tem méritos artísticos, nem políticos, que o justifique. Jacopetti, que já nos primeiros filmes de monstruosidade «Mundo Cão» e «Todas as Mulheres do Mundo», se revelou desonesto, capaz de requintes e prazeres perversos (sádicos) na barbárie, expõe em, «África Adeus», uma atitude política detestável. O seu manifesto sobre África, no seu estado primitivo, é uma pura demagogia, que defende a discriminação racial e, que serve os elementos dominantes, «Preto e Branco» para a respectiva cor de pele.

O filme, já provocou críticas e protestos, onde quer que, foi exibido. Na Itália e em Inglaterra foi proibido. Mas a auto-controle de produtores e distribuidores de filmes alemães deixou-o passar e os realizadores cinematográficos

78

Ref 8
9

57



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

em Wiesbaden, atribuíram-lhe mesmo, o predicado de «Interesse especial». Isto significa, não só uma revalorização ideal desta obra altamente discutível nos olhos do público, bem como vantagens materiais para os que dela se servem, especialmente, a insenção de imposto. Portanto, perderam-se indirectamente, somas consideráveis de dinheiro num filme, que presta homenagem ao pensamento e sentimento racista e confirma os preconceitos dos mal informados.

Em Berlim, reagiu-se contra um tal erro político de maneira mais enérgica, que em qualquer outro lado. Houve tumulto na sala de espectáculos e manifestações em frente ao cinema. Para apoiar os protestos públicos uma comissão constituída por três alemães e dois estudantes africanos apresentou uma acção junto do Ministério Público, na qual se deixa em aberto contra quem este deverá proceder; se contra o concessionário, o proprietário ou o realizador.

Da parte do tribunal e do Senado de Berlim (*Berliner Senats*), referente propriamente ao assunto, ainda não foi tomada qualquer atitude. O Burgomestre de Berlim, Heinrich Albertz, de quem, como Ministro do Interior, a polícia também depende, conseguiu através duma diligência, unicamente, junto do concessionário que o filme fosse retirado do «Astor». Contra a exibição noutras locais, não levantou qualquer objecção. Pelo contrário, manteve o acordo estabelecido com o concessionário de apresentar o filme em causa, daqui por duas semanas, longe da concorrida Kurfuerstendamm, onde a polícia poderá intervir livremente e contra as manifestações. Albertz considera isto uma solução salomónica.

Mas pode, deste modo, ser sensata uma decisão à qual não preside, o necessário conhecimento da situação? O que é certo é que até agora, Albertz ainda não tinha visto o filme, conforme o confessou, na sexta-feira.

... conservador alemão *Handelsblatt* de
6-8-966





SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO COM

REVISTAS RECEBIDAS NA REDACÇÃO

O número 718, referente ao Verão de 1966, da revista americana *Partisan Review*. Entre outros colaboram neste número Frank Kermode com um artigo sobre o *Novo Apocalipse*, contos de George Lichteim e Jonathan Strong e o famoso encenador Peter Broons.

O número referente ao Verão de 1966 da revista universitária americana de ciência e política, *Minerva*. Artigos de muito interesse de Abdus Salam (*O Isolamento do Cientista nos Países Subdesenvolvidos*), Robert Grant e Steven Pedijer.

O número 26 da revista inglesa *The China Quarterly*.

O número 184 da revista *Prewes*. Artigos de muito interesse de Jean Laloy (*L'Évolution de l'Alliance Atlantique*) e de Michel Corpier (*L'Afrique Noire a l'heure des Jutsch*). A registar ainda um excepcional conto de Mahomedd Khair-Eddine, *L'Enterrement* (Prémio do Conto do Maghreb).

O Boletim Bimestral da *Fédération par le Respect de l'Homme et de l'Humanité*.

O número 18 da revista italiana *Note di Cultura*.

O número 59 da revista *Cuba Socialista* com um texto notável de Osvaldo Porticos e um artigo de Valikovitch sobre o diálogo do catolicismo com o mundo contemporâneo.

O número referente a Setembro-Outubro de 1966 da magnífica revista *Project*. A destacar uma análise da constituição *Guadium et Spes* de J. Guillet e um artigo de J. V. Calvez intitulado *Chrétiens dans le monde*.

O número 273 da revista *Vértice*. Artigos de Jacques Alibert, Dulce Rebelo, Pedro da Silveira, João Medina, etc.

O número de Setembro de 1966 da *Seara Nova*. Importantes e documentados estudos de

Provas enviadas à Comissão em

6 de 10 de 1956

modo desfazados. Estou convencido que relativamente, o caso do Renoir depois da guerra. Antes, ele sempre se tinha adaptado extremamente bem, mas progressivamente foi tendo mais algumas dificuldades em encontrar a maneira de dizer o que tinha, para dizer dentro das estruturas que existiam. Estou a falar dum cinema à moda dos grandes nomes antigos que conseguiam fazer tudo; eram suficientemente grandes para as situações; faziam qualquer estilo de história, e era bom.

A. P. V. — Eu faço notar, por exemplo, que as melhores fitas de Fritz Lang são as fitas americanas; e que o caso do Chabrol, extremamente louvável de intransigência, é ao mesmo tempo o seu próprio suicídio, e ele acabou a ter que fazer as fitas que são exactamente o oposto daquilo que ele gostaria de fazer.

P. R. — Como ele não se soube adaptar ao principio teve que se vender.

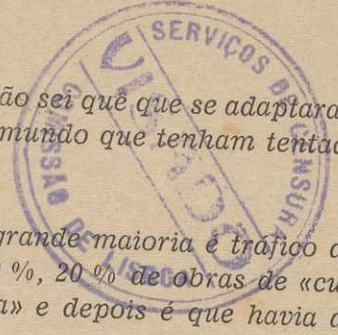
A. P. V. — Se ele se tivesse adaptado a partir das Bonnes Femmes, que foi quando começou a haver «déalage» com o público, talvez hoje em dia não só não precisasse de fazer o Tigre como tivesse público para as fitas que fez.

P. R. — Há por exemplo, o exemplo deslumbrante do Buñuel que fez toda a laia de fitas, para hoje em dia andar a fazer as fitas que quer.

F. L. — Mas o Buñuel é um caso muito especial. E além disso ainda há isto: se um tipo em Portugal pode sequer tentar isso. Ponhamos esta hipótese: que o Paulo, eu, o Manuel, uma série de tipos, vamos fazer agora outras fitas com esta ideia a gente vai fazer estas fitas à espera de melhores dias para fazer outras, daí até lá eramos enterrados vivos... Não te esqueças que isto é um país extremamente mesquinho, nessas coisas. Falta-nos um certo tipo de astúcia.

A. P. V. — Aqui há ainda outro problema. Quando nós pensamos que um realizador como o Fritz Lang, ou como o Chabrol, ou como o Buñuel, poderiam continuar a ser pessoais, aceitando um certo tipo de posições, de regras do cinema que se prova ser comercial, no caso do cinema português, o jovem cineasta está entre a necessidade de se exprimir sem qualquer espécie de transigência, sem sequer pensar no público — duma maneira imediata, espontânea, etc. — (o que pelos vistos não tem resultados práticos, satisfatórios) e a necessidade de fazer um cinema comercial, cinema esse que nem sequer sabemos qual é. Portanto não há um

Ref 9



dícula a quantidade de grandes romances e não sei que que se adaptaram e tão mal... Duvido que haja algum país do mundo que tenham tentado tantos Camões, Camilos, etc..

A. P. V. — Há o cinema francês.

P. R. — Mesmo assim, mesmo assim, a grande maioria é tráfico de brancas, pontapé, pancadaria e depois há 10 %, 20 % de obras de «cultura». Aqui eram 60 % de obras de «cultura» e depois é que havia as comédiazinhas de coiso...

F. L. — O melhor filme que Lopes Ribeiro fez na vida dele é um filme perefitamente comercial, O Pai Tirano.

P. R. — O que nós tivemos durante muito tempo, foi um cinema de fachada, um cinema falsamente histórico, pomposo, culto.

F. L. — As piores fitas que o Lopes Ribeiro fez na vida dele definem-no particularmente. Uma é o Primo Basílio. que são as pretensões do Lopes Ribeiro como intelectual, o «grande conhecedor» de Eça de Queiroz, a outra é A Revolução de Maio que são pretensões do Lopes Ribeiro como cineasta oficial. O problema é que o Lopes Ribeiro centrou todo o cinema português à sua volta até ao plano industrial. Quiz confundir o cinema português com ele, e A Revolução de Maio é o preço que ele pagou por isso. É um dos piores filmes do cinema português.

G. C. L. — Isso leva-me agora a fazer uma pergunta. Se se está verificando, e ao que parece à sociedade, que por um lado o tal cinema pomposo, maneirista, pseudo-literário, do Cerro dos Enforcados, ao Frei Luis de Sousa, e outros filmes desse género, e outro os ensaios populares do género da Última Pega e dos Rapazes de Táxis e coisas assim, não resolvem o problema e só puzeram a pedra definitiva à volta do pescoço do cinema português — pergunta-se: para além de todos os conditionalismos que sabemos que existem e à luz da experiência passada o que é que nos impede a nós de fazer, como há bocado perguntei, um esplêndido filme musical, o que é que nos impede a nós de fazer um esplêndido filme policial, ou uma comédia? Porque é que este jovem cinema quer ser tão incorrupto, ao ponto de querer abraçar essa mesma realidade? Dá-me a impressão que o jovem cinema português, nas suas próprias aspirações, de alguma maneira se está a derrotar a si próprio.

A. P. V. — Eu completo de certo modo a pergunta. Em que medida é que vocês puderam tirar algumas conclusões do entusiasmo e da infantilidade com que abordaram a primeira fita? Na medida em que o principal objectivo é a possibilidade de sobrevivência do cinema e, por-

41 93
Ref 9
SERVICOS DE CENSURA
COMISSÃO DE LISBOA
VISADO

G. C. L. — Você e o Fernando encontraram da parte das autoridades que à falta de uma equivalente Unifrance Filme se ocupam em Portugal dessa difusão, o apoio necessário para o envio de cópias para o estrangeiro? Fez-se alguma coisa por isso, encontraram apoio?

P. R. — Eu creio que nem foi feito o que era honrosamente possível.

G. C. L. — E você tem a mesma opinião?

F. L. — Eu acabei por ter o Belarmino no Festival do Cinema Novo na Itália, em Pesaro, mas não pude sequer estar presente. Não estava cá e mesmo que estivesse não podia ir, pois não tinha dinheiro, e a coisa até acabou por passar, digamos, dum modo um bocadinho «ilegal». Eu acho que o que se passa aqui, particularmente com a fita do Paulo, e um pouco com a minha fita, é que desde o início não houve qualquer espécie de vontade em que as fitas fossem lá para fora.

P. R. — Elas só receberam alguma coisa «à posteriori». Depois delas conseguirem entrar em festivais, de recebermos os convites, coisa que apesar de tudo é bastante rara, pois em geral funciona-se ao contrário 90 % dos filmes portugueses são mandados e não são recebidos...

A. P. V. — Como é que receberam os convites?

P. R. — Muito ao nível individual, porque críticos estrangeiros de boa vontade acharam que finalmente se fazia cinema em Portugal. O Pierre Kast tinha publicado uma notícia nos Chaiers. Os Festivais são curiosos. Têm mais boa vontade do que as pessoas de cá, querem fitas, e portanto convidam.

F. L. — O meu caso foi exactamente o caso do artigo do Kast.

A. P. V. — Concretamente no teu caso, antes do Festival de Pesaro, houve uma hipótese do filme ser exibido em San Sebastian.

F. L. — Houve, mas aí apareceram muitas complicações. A fita chegou a estar pronta para ir para lá, houve uma cópia que chegou a partir para San Sebastian, mas foi tudo muito difícil. Levantaram-se toda a espécie de problemas: tiragem de cópias, dinheiro que é preciso pagar por isso, envio da cópia, etc.. Além disso, tinha que ir alguém a acompanhar a cópia e como não havia possibilidades de o fazer a fita acabou por ser mandada pelo comboio.

P. R. — Lembro-me que, na altura, eu e certas pessoas já com um bocadinho de mais experiência, tínhamos garantido ao Fernando Lopes que a única maneira de a fita ir ao festival era ele ter o dinheiro suficiente para se meter no comboio e chegar a San Sebastian com a fita debaixo do braço. Não me enganei. Como ele não teve essa possibilidade a fita não passou.

F. L. — Além disso, do ponto de vista oficial, como não há cá o

SERVICOS DE CENSURA
AUTORIZADOS
CÓPIAS

Ref 9



equivalente da Unitália da Unifrance ou da Uniespanha nós temos de nos servir do que há — o que há é o S. N. I.. Não podemos ir a um certo número de festivais, por exemplo a San Sebastian, sem agrément do S. N. I..

G. C. L. — *Esse agrément foi pedido, num caso e noutro?*

F. L. — *Em relação ao Belarmino foi pedido e eles deram o agrément para eu ir. Mas não deram mais qualquer espécie de ajuda, disseram, sim senhor vá ao festival de San Sebastian, mas desligaram-se completamente da sorte da fita. Parece que o problema é puramente nosso, puramente de prestígio pessoal. Agente tenta-os convencer de que não se trata do prestígio pessoal mas que estamos a representar o país em San Sebastian, que se tratasse dum problema da cultura portuguesa e que parecia que o S. N. I. Secretariado Nacional de Informação e Cultura, devia estar interessado, até ao ponto de pagar a uma delegação portuguesa. Mas não, isso nunca acontece.*

G. C. L. — *Mesmo no caso do Macedo?*

F. L. — *No caso do Macedo, eles deram o agrément, mas também creio que não pagaram cópias. O Macedo e o Teles foram por conta própria, ou melhor foram por conta do eFestival de Veneza porque foi mandada lá uma cópia da fita por conta do produtor. Por acaso foi aprovada, eles automaticamente têm direito a dar estadia ao produtor e o realizador, por conta do festival. Mas as viagens foram pagas por eles.*

G. C. L. — *Não há festivais (Cannes, Veneza), em que o facto do filme ao ser premiado, ou o ser aceite o faz gozar automaticamente duma certa isenção fiscal na distribuição nesse próprio país? Pareceu-me que em Cannes é assim, mas não sei se isso se passa em relação aos filmes aceites ou em relação aos filmes premiados. Vocês sabem?*

F. L. e P. R. — *Não sabemos.*

P. R. — *Por exemplo, a Espanha apresentou em Acapulco um filme bastante mau do Senhor Robira Bileta um filme qualquer sobre danças, Romeu e Julieta, Los Tarantos e que foi unânimamente detestado por toda a gente. Pois bem, a Espanha tinha 43 pessoas em Acapulco e mesmo em Lucarno, não passavam o filme sem a representação diplomática.*

G. C. L. — *No seu caso havia representação diplomática portuguesa?*

P. R. — *Não, estava absolutamente só e incógnito.*

A. P. V. — *Mas quando passou a Rapsódia Portuguesa não houve representação?*

F. L. — *Houve uma representação oficial portuguesa.*

G. C. L. — *O Senhor Lopes Ribeiro e o Senhor Dr. Júdice da Costa...*

Provas enviadas à Censura em

6 de

Isso punha todos os problemas do cinema português noutra ordem. Sabíamos com o que é que podíamos contar para recuperar o dinheiro metido na fita, e tudo o que temos estado aqui a falar não era posto nestes termos, era posto noutros. Daí, o considerar que a dobragem é uma coisa extremamente inportante, e estou de acordo, além disso, com o Gérard, quando disse que as legendas de certo modo são tão deletérias como a dobragem.

G.C.L. — *Eu ia mais longe. A minha teoria é que são mais deletérias.*

F. L. — *Não sei se mais, porque lembro que o Paulo Rocha disse também gosto muito de ouvir a voz de Marilyn...*

G. C. L. — *Eu estava a pôr a questão em termos sociais.*

F. L. — *Acho que a dobragem transformava o cinema num espectáculo para que ele tem vocação; realmente o cinema é o espectáculo democrático, por excelência, e isso não é possível aqui em Portugal com as legendas, pelas razões que todos nós sabemos. Por outro lado, punha uma salvaguarda à dobragem, que é esta; haveria versões originais e versões dobradas. Não sei se isto do ponto de vista económico seria muito viável, mas até estou convencido que talvez pudesse ser. Era perfeitamente possível defender um certo número de fitas em Lisboa, Porto, Coimbra, etc., em versão original.*

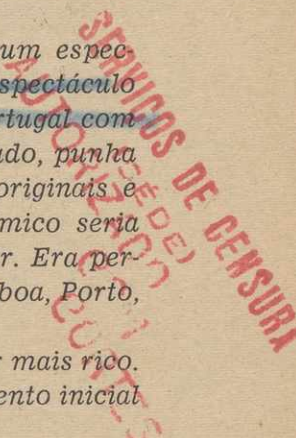
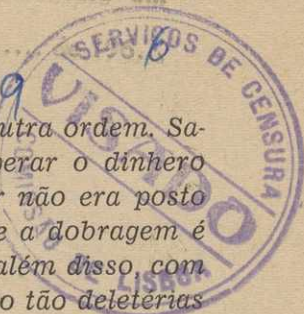
P. R. — *É que para já o mercado aumentava, passava a ser mais rico.*

G. C. L. — *Havia só a elasticidade das funções. O investimento inicial até se vir a colher...*

F. L. — *Parece-me que a dobragem viria favorecer de tal modo o cinema em Portugal, que só consigo descortinar uma razão para o facto dele não existir: isso iria ferir uma série de interessados, que não querem que haja dobragem. Estou-me a lembrar dum caso concreto, que é o do Lopes Ribeiro, que é Presidente do Sindicato dos Profissionais do Cinema Português, que vem há uma série de tempo na TV a protestar contra a dobragem.*

G. C. L. — *Sabe-se que foi ele o conselheiro da lei que proíbe a dobragem em Portugal.*

F. L. — *Exacto. Isto é de grande responsabilidade, não sei como vai evoluir, mas há grandes responsabilidades nisto. Sinto-me prejudicado com coisas que aconteceram no cinema português pelo facto dum senhor ter decidido que não havia dobragem neste país sem consultar ninguém. Ainda hoje continua a fazer uma grande campanha contra ela, e a existência do cinema português está ligada, de certo modo, ao facto de não haver dobragem. Como disse o Paulo, e muito bem, é preciso que as pessoas se habituem a ouvir falar português no cinema. E isto é extrema-*



Provas enviadas à Comissão em

6 de ... de 1956

Ref 9

P. R. — Isso ao nível do movimento.

A. P. V. — Ao nível do movimento.

F. L. — Acho que o problema maior da cultura portuguesa — e neste aspecto do cinema português, que faz parte dessa cultura — é o da «décadence» da cultura portuguesa, em relação a tudo. Acho mesmo um bocadinho injusto esquecermo-nos que já houve neste país uma geração, que teve praticamente este mesmo tipo de movimento, com outras condições, de outra maneira, e que fez um certo tipo de filmes. Se agora os formos ver até há uma certa relação entre esses filmes. Estou a lembrar da época em que o Brum do Canto fez a Canção da Terra, da época em que o Cotinelli Telmo fez a Canção de Lisboa, em que o Manuel de Oliveira fez o Douro, faina fluvial. A partir de cada um desses filmes podia ter-se começado um certo número de veios do cinema português. Mas eles morreram ali.

Morreram por razões muito sabidas, como muitas outras coisas morreram neste país. E aconteceu que só mais de 20 anos depois — excluindo mais uma vez o caso do Manuel de Oliveira que continuou sozinho a fazer as suas fitas (e, de certo modo, o facto de ter continuado sozinho a fazer as suas fitas se constitui num aspecto do ponto de vista de exemplo para os que vieram depois, algo de muito importante, também isolou um pouco Manuel de Oliveira, também constitui um pouco um problema para Manuel de Oliveira do ponto de vista cultural, e até vem pôr o problema do cinema português numa forma muito mais dramática. O que aconteceu dizia é que só passados cerca de 30 anos apareceu outra geração que, de resto, não podia continuar os caminhos que a outra lhe tinha apontado, pois esses caminhos estavam completamente ultrapassados.

G. C. L. — Mas esse «apport» cultural de António Pedro fala, no caso do jovem cinema português de hoje, não será um «apport» cultural que vem filtrado doutros países? Vocês não querem fazer cinema como faz o Truffaut, como o faz Godard, como o faz Mizoguchi? A vossa cultura cinematográfica não vem toda eivada de umas ideias, duma cultura que vem de fora?

P. R. — Isso da mesma maneira que o Brum do Canto e o Cotinelli Telmo e Manuel de Oliveira fizeram a partir dos seus clássicos.

F. L. — O que é grave é que não há uma evolução no cinema português. Há um certo número de obras, mas não continuidade entre elas. Há saltos de uma para outra e isso é que é grave. O cinema português é um cinema que se faz por saltos. Creio que a geração dos anos 30 tinha as mesmas ambições do ponto de vista cultural, do que nós. Vendo os



88

ameaçaram abandonar a Comunidade se as resoluções da maioria do Congresso não fossem respeitadas pela Inglaterra. Apanhado no aperto, Wilson conseguiu à última da hora extorquir uma declaração final que nada compromete e tudo adia. Nisso, pelo menos, é excelente. Todavia, o facto subsiste que a Comunidade e o respectivo Congresso, transformados em órgãos do fólclore diplomático, deixarão pouco a pouco de ser uma força real e isolarão a Inglaterra no mundo. A cobardia política tem sempre esta outra e desagradável face. Entretanto, Smith prosperará, o que não consola, mas prosperará rodeado de vizinhos que, no futuro, já não esperarão que o pai britânico venha de longe repor as coisas nos lugares com a sua justa mão. O colonialismo termina até onde os hábitos mentais e as dependências económicas deixaram sobrevivências estranhas.

O segundo Congresso de Wilson foi o dos sindicatos e foi mais sério. Tratava-se, em resumo, de conseguir esta manobra difícil: levar os sindicatos a unirem voluntariamente à execução de uma política de congelamento de salários. Os argumentos eram os do costume e iam desde a necessidade de sustentar a inflação em casa e, devido à posição da libra, no mundo, à necessidade de, sustendo-a, acelerar o desenvolvimento económico. Toa a gente já sabe quem paga as favas de uma política de faccionista e o Congresso de Blackpool também. Por isso, tendo de fazer face à ala rebelde, dirigida por Frank Cousins, Wilson não teve a vida fácil. Conseguiu uma vitória insignificativa numa das moções de apreciação da política de congelamento e sofreu derrotas em duas outras. Quer dizer, o seu problema central permaneceu, ou seja, tudo ficou como dantes no quartel de Abrantes e o trabalhista Wilson poderá ter de empregar medidas de excepção contra os sindicatos rebeldes ou também pode ser que não tenha. O que se viu, porém, é que a sua qualidade de socialista é levada tão a sério nestas andanças como é a sua qualidade de loiro. Ele está de um lado — o trabalhista — os outros estão do outro — os trabalhadores. A semelhança do som não deve provocar confusões.

E, desta maneira que se contou, o Primeiro-Ministro passou as suas férias. Não teríamos perdido tanto tempo com ele, se não fosse um caso exemplar, o melhor, neste ano da graça de 1966, de um fenómeno estranho que de Léon Blum, a Guy Mollet e a Pietro Nenni se tem vindo a repetir com insistência. Nas democracias liberais, os socialistas que chegam ao poder ocupam-se a conquistar as simpatias das forças estabelecidas e ganham junto destas o estranho prestígio de serem mais eficazes no que refere a meter o proletariado na ordem do que as direitas clássicas, que não costumam ser peritas em lidar com essa gente. E nunca é demais prevenir — a pretexto de Wilson ou seja de quem fôr — porque as cabeças são poucas, as asneiras são muitas e há mil trabalhos diversos.

C. G.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
VISADO
AUTORIZADO COM CORTES